

Situação política e social do Brasil: um breve olhar

Amauri Mendes Pereira (UFRRJ)

Joselina da Silva (UFRRJ)

O dia 20 de novembro é celebrado como o dia da Consciência Negra no Brasil em memória ao grande líder negro do Zumbi do quilombo dos Palmares. Nesta ocasião inúmeras atividades festivas e debates analíticos são realizados nos mais diversos ambientes em todo o território nacional. Na véspera desta data, foi inaugurada na Câmara dos Deputados, na Capital Federal, uma exposição que além de celebrar a ocasião, também denunciava ações de violência racista de agentes do Estado brasileiro contra a população negra.

Dentre os cartazes, um demonstrava uma charge, de um cartunista famoso, em que se via um jovem algemado, caído ao chão e vestindo a bandeira brasileira. Ao seu lado, um policial que se afasta com uma arma ainda saindo fumaça. Esta peça de arte servia como ilustração das inúmeras ações policiais que culminaram com o assassinato de jovens e crianças negras. Em meio às falas dos parlamentares presentes, na abertura da referida exposição, o deputado federal Coronel Tadeu (PSL-SP) invadiu o ambiente e quebrou a referida peça. Diante de jornalistas, registros de celulares e outros perplexos parlamentares, o político deu curso à sua ofensiva, sem se conter, apesar de tantas testemunhas.

Este fato, ocorrido em pleno século XXI, no ano de 2019, dá uma visão do que vem ocorrendo no Brasil atual. Forças anti democráticas tem se feito presentes em diversos âmbitos se apresentando em movimentos organizados de extrema direita ou em atitudes individuais que se manifestam de forma virulenta contra todas as pessoas que ousam expressar opiniões contrárias aos seus valores conservadores. Neste caudal, cresce a violência contra as mulheres e o racismo religioso.

Tem sido comum vermos ministros expressarem publicamente seus, antes recônditos, pensamentos anti democráticos, inclusive augurando o retorno da monarquia, derrubada em 1889. Não é difícil ouvir parlamentares que alardeiam as benesses e virtudes dos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar, que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. Contraditoriamente, conhecidos torturadores desse período são homenageados em sessões solenes e saudados respeitosamente pelo mandatário da nação.

Além disso, direitos trabalhistas são cassados sob o manto de um congresso com maioria conservadora, contenção e, mesmo, negação de verbas para a educação. Professores são ameaçados no livre exercício de expressão em suas cátedras

educacionais. Comunidades indígenas e quilombolas, como também agentes togados do sistema judiciário, estão sendo ameaçadas por criminosos.

Poderíamos nos perguntar como isso pode acontecer depois de mais de uma década de sucessivas conquistas na política eleitoral em municípios, estados e da presidência da República. Diversas poderiam ser as respostas. Apresentaremos brevemente a seguir, algumas possibilidades, que se iniciam em 2016.

Nossa intenção aqui, ainda que as recentes insurgências sociais em diferentes nações da Afro Latino América mereçam nossa máxima atenção, mas considerando o exíguo espaço de que dispomos, é expor o quadro atual e pontuar questões mais agravantes na conjuntura nacional brasileira. E identificar que os mecanismos institucionais já não detém a exclusividade de reflexões e de iniciativas possíveis de superação desse quadro. Para isso elaboramos uma visão do controverso noticiário dos poderosos conglomerados de mídia, mas, também consideramos análises de importantes segmentos e personalidades do mundo acadêmico, além da obstinada resistência de blogs, sites e redes sociais, que contribuem demais para o mapeamento e aprimoramento analítico das causas dos retrocessos políticos-institucionais e culturais.

As Jornadas de Junho de 2013 e o GOLPE de 2016

Nossa visão é de que, por conta dos avanços em legislações e em diversos outros contextos políticos-institucionais, a reação veio tão forte, mais estruturada e ousada, mais ampla e disseminada, em todo o tecido social. Se venceu as eleições de 2018 é porque através de outros canais, de outros jeitos, ou dinâmicas sociais-culturais, o conservadorismo se estruturou, ampliou, disseminou mais efetivamente do que o progressismo, que era hegemônico na maioria dos contextos políticos-institucionais.

Imprescindível considerar o papel fundamental das grandes corporações de mídia impressa, televisiva, e controladoras do universo da internet e das chamadas redes sociais. Já em 2005, ocorreram esforços concentrados desses segmentos poderosos, na disseminação do chamado “mensalão”: segundo o noticiário que circulava amplamente para toda sociedade. Segundo analistas, o PT seria responsável por articular fundos financeiros para pagar uma mensalidade a deputados e senadores, e, assim, obter vantagens e aprovações de suas políticas e projetos, e outras formas de corrupção, envolvendo o congresso nacional.

Foi colossal o esforço de desestabilização do governo central e de suas políticas institucionais de vieses marcadamente progressistas. Fracassaram, no entanto, devido especialmente ao prestígio social e político do então presidente Lula junto à grande maioria da população e suas relações com o grande e médio empresariado. Esta foi

largamente beneficiado em seu período de governo, além de inegável prestígio internacional.

Conforme a quase unanimidade de analistas da conjuntura nacional brasileira há um “marco histórico” da emergência do conservadorismo na cena pública. Em junho de 2013 sucederam-se manifestações políticas massivas e entusiasmadas nas ruas das maiores cidades de todas as regiões brasileiras. São muitas as controvérsias a respeito do que representaram: mas há convergências sobre a insatisfação de longa data e de grandes contingentes da população com o sistema político-institucional e com a importância das novas tecnologias, que permitiram acelerar comunicações e compartilhamentos de ideias. A grande novidade, também referida pela generalidade de analistas, foi a presença da direita. Em toda parte havia bandeiras e faixas com palavras de ordem abordando lemas do conservadorismo, e posturas abertamente elitistas, racistas, homofóbicas e anti-democráticas. Outra característica dessa direita era assumir como seus, alguns símbolos nacionais: a bandeira, o hino, as cores verde e amarela.

Além desse tipo de fenômeno, raras vezes manifestado na vida política e social, outro fato que surpreendeu a esquerda e setores progressistas em geral foi a contrariedade da juventude – de longe a maior quantidade nas manifestações - e sua inquietação com bandeiras e comandos partidários, mesmo os progressistas. Era flagrante a rejeição aos protagonismos de parlamentares e personagens identificados com a política-institucional.

Desde então, a polaridade foi crescendo e recrudescendo, em alguns momentos e locais ameaçando degenerar em confrontos violentos e incontroláveis. Até finais de 2014 a esquerda tinha maior visibilidade e representatividade, graças a um amplo arco de alianças institucionais e políticas que lhe garantiam governos e majorias parlamentares na maioria dos municípios e estados da federação. Além disso, era majoritária em segmentos influentes da chamada sociedade civil, no sindicalismo e em corporações profissionais, em cúpulas de entidades religiosas, em universidades e nos ambientes educacionais em geral. Fundamental ressaltar o nível razoável de tolerância do grande e médio empresariado, sempre adulado e beneficiado internamente por políticas públicas governamentais e, externamente, pelo prestígio internacional auferido pelo Brasil – o que lhes potencializava negócios, como nunca antes.

Mas essas vantagens se mostraram insuficientes. A partir de 2012 a economia brasileira sentia mais profundamente os reflexos da crise econômica mundial. Aumento da inflação e desemprego crescente açulavam a insatisfação das classes médias e dos grupos sociais mais desfavorecidos, o que gerava perda de prestígio de governos, invertendo as correlações de forças nos “arco de alianças” políticas e institucionais.

É nesse quadro desfavorável que ocorreriam as eleições de 2014. Uma visão comum nas análises de conjuntura mais influentes entre os setores progressistas é de que naquele momento foram feitas demasiadas concessões para se manter o “arco de alianças político-institucionais”, e que isso foi decisivo para o agravamento da crise que levou ao golpe de 2016. Um bom exemplo foi a entrega da vice presidência a Michel Temer, liderança do PMDB. Este personagem era visto como o grande articulador, capaz de fazer o processo eleitoral pender a favor dos setores progressistas naquelas eleições.

O PMDB – que se mostrara um fator de equilíbrio desde a constituinte, nos finais dos anos 80, e que fora aliado do PSDB ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, rompera com este e aderira, em 2002, aos setores progressistas. Em 2014, era o maior partido da base aliada, que tradicionalmente controlava o maior número de prefeituras e governos estaduais, além da maioria de deputados e senadores no congresso nacional. Foi necessário manter a aliança com o PMDB para ganhar as eleições. O preço a pagar foi alto demais: a traição de Temer e do “centrão” grupo que articulava a maioria de parlamentares do PMDB e os assumidamente fisiológicos de outros partidos.

O pós GOLPE, a derrocada dos setores progressistas e a tragédia eleitoral de 2018

Foram inegáveis, ao longo dos quatorze anos de hegemonia progressista, os avanços de variada ordem: como a incorporação à cidadania de amplos segmentos da sociedade, especialmente os mais vulneráveis através de políticas públicas como o Programa Bolsa Família; as obras de grande impacto e outras políticas de infra estrutura em quase todo o território nordestino. Podemos falar na ampliação do SUS-Sistema Único de Saúde pública, da explosiva ampliação de programas educacionais, como o esforço de financiamento e universalização do ensino médio com a criação do FUNDEB-Fundo Nacional para a Educação Básica; o acesso ao ensino superior privado através da criação do PROUNI-Programa Universidade para todos. Ainda no âmbito educacional, destaca-se a criação do REUNI-Programa de Reestruturação, ampliação e interiorização das universidades federais, além da criação de dezenas de IFES-Institutos Federais de Ensino Superior e formação tecnológica em quase todos os estados da federação.

Importante referir que atualmente, o conjunto da política orçamentária que municiava essas vastas redes de políticas públicas vai se debilitando, com retrocessos na legislação, decorrentes do enfraquecimento político dos setores progressistas e com o aprofundamento dos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira. Da mesma forma, vai se debilitando a rede de órgãos em ministérios – da justiça, da Educação, da Cultura, da Cidadania, das Cidades, dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial, da Mulher – e de políticas públicas que faziam a diferença em contextos sociais e culturais, para os quais sempre haviam sido escassas, quase nulas.

Apenas como exemplo: os **Pontos de Cultura**, do Ministério da Cultura e o **Programa Juventude Viva**, desenvolvido pela SEPPIR-Sec. Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, a partir de 2008, que tinha como foco a proteção social à juventude negra, o mais vulnerável e vitimado segmento social.

O Golpe de 2016 sinaliza o fim da hegemonia dos setores e políticas progressistas e funda os preparos para a consolidação dos retrocessos políticos e institucionais que levaram à derrota final nas eleições de 2018.

Perspectivas: resistência e superação

A perplexidade e desânimo, ainda que permaneçam esforços de resistência, tem sido o mais comum entre as hostes progressistas, desde a tragédia das eleições, com vitória da extrema direita, em outubro de 2018.

O quadro se agrava com uma série de mudanças constitucionais restritivas de direitos sociais. Assim como a maioria de parlamentares conservadores aprovou a chamada PEC do teto dos gastos e a reforma trabalhista de Temer, que restringiram enormemente gastos sociais e direitos e conquistas trabalhistas. Deputados e senadores dessa nova legislatura, com maioria mais ampla e mais conservadora, aceleraram o desmonte de órgãos de Estado e de governo e de políticas públicas progressistas, em menos de um ano de mandato.

Dois exemplos emblemáticos do agravamento do quadro atual:

1 – A reforma da previdência, foi aprovada apesar de críticas consistentes que demonstram o imenso impacto negativo no futuro da vida social das grandes maiorias de trabalhadores e dependentes sociais. Foi pífio o desempenho das oposições e de manifestações contrárias. E quase inexistentes manifestações de setores mais amplos da população.

2 – Continuam os mistérios, suspeitas, disputas sobre as investigações de órgãos policiais e do judiciário, no Rio de Janeiro e os federais, e não há respostas definitivas sobre os mandantes do assassinato de Marielle Franco – mulher negra, lésbica e favelada – que despontava como liderança política radical, no cenário político do Rio de Janeiro. Esse crime teve vastíssima repercussão nacional e internacional. Os supostos assassinos, denunciados e presos, são comandantes de ampla rede de milícias que são organizações criminosas armadas que controlam e dominam amplos territórios e populações, e se enraizaram no sistema político-judiciário-policia do Rio de Janeiro. O problema maior é que são notórias as estreitas ligações da família do presidente com esse sub mundo ilegal.

Apesar de tudo e embora com uma esquerda ainda dando mostras de perplexidade, muito desalinhada e conflituosa entre si, importantes segmentos de lutas sociais

começam a dar mostras de reação. Uma nova onda de mulheres negras alcançou as câmaras legislativas estaduais e federal, nas eleições de 2018. Neste sentido, dois polos estiveram mais à frente deste protagonismo. Um deles, mulheres negras filiadas a partidos de maioria evangélica e no polo oposto mulheres negras de um dos partidos mais à esquerda no cenário nacional: o PSOL. Embora, ainda em sua maioria as ações sejam muito mais reativas diante da enxurrada de violações de direitos, estes movimentos já ganham as ruas em demandas por Educação, Saúde, mudanças nas políticas de segurança do estado, cujo racismo vitimiza majoritariamente jovens negros. E crescem, em paralelo, denúncias contra os desmandos do presidente e seus três filhos parlamentares (um vereador, outro deputado federal e outro senador). O nível de rejeição popular ao presidente eleito, menos de um ano antes do seu mandato, dão mostras de que teremos pela frente: muita luta! E não apenas nos âmbitos institucionais.

Boa parte das militâncias mais jovens do Movimento Negro Brasileiro e do conjunto de Movimentos Sociais parece ciente da importância decisiva da unidade na diversidade. Já não são exclusivas as análises, argumentações e mecanismos “tradicionais” de intervenção, como passeatas e atos públicos em áreas “tradicionais” de grandes centros urbanos. São perceptíveis, embora ainda difusos, esforços pela construção de espaços e ações estratégicas a partir de coletivos e iniciativas em territórios de pobreza e miséria – novos protagonismos estão sendo construídos. E, apesar de aparências catastróficas, eles apontam um futuro promissor para a sociedade brasileira! Portanto, seguimos esperançosos.